



FABIO SCARANO

1. Laerte – A Conservação Internacional (CI) passou recentemente por grandes mudanças. Fale um pouco sobre estas mudanças, os impactos que estas tiveram sobre projetos em andamento e quais os principais focos de atuação da CI no momento.

Fabio – A CI ampliou sua missão. O foco dos primeiros e bem sucedidos vinte anos da organização foi a conservação da biodiversidade. Na nova fase, que agora se inicia, a conservação da biodiversidade integra um tripé, também composto pelo uso sustentável dos serviços ambientais e pelo bem-estar humano. Ainda que perfeitamente lógico, já que a biodiversidade é a guardiã dos serviços ambientais que são essenciais ao bem-estar humano, a nova missão demanda uma ação mais interdisciplinar e, por consequência, uma ciência também mais interdisciplinar. Por exemplo, se nossa base técnica inicialmente era muito predominantemente biológica, agora precisamos integrar economia, sociologia, agronomia e outras ciências. Se nossa medida de sucesso eram hectares de área protegida ou número de espécies com extinção evitada, agora precisamos desenvolver métricas que integrem esses indicadores com PIB, IDH, carbono estocado, volume d'água doce protegido, etc. Em suma, nosso negócio agora é construir modelos de economia verde e nossa preocupação maior é mudar o atual paradigma de desenvolvimento para um que não implique em degradação do capital natural.

Questões formuladas por: Francis Lee Ribeiro, José Alexandre Felizola Diniz Filho, Laerte G. Ferreira, Manuel Eduardo Ferreira, Nilson Clementino Ferreira.

2. Felizola – Você, Fabio, é atualmente coordenador da área de Ecologia & Meio Ambiente da CAPES. Como você acha que a pós-graduação pode aumentar sua inserção na sociedade a fim de tentar resolver, ou pelo menos discutir, problemas “reais” do país (em particular no que diz respeito à questão ambiental)?

Fabio – A meu ver, existem diversas formas, mas o primeiro passo é uma reflexão acerca do papel da pós-graduação. Se partirmos do princípio consensual de que a ciência é a ferramenta de interpretação da realidade que o homem criou para ampliar seu conhecimento e para solucionar problemas da sociedade, seria de se imaginar que um bom curso de pós-graduação deveria mirar nesses dois alvos. No caso da área ambiental, os avanços na produção de conhecimento são notáveis. Hoje, essa área se destaca como uma das cinco mais fortes na ciência brasileira, com expressão e impacto mundiais. Por outro lado, presenciamos ainda, nos dias de hoje, riscos sérios de tomada de decisão política equivocada, como no episódio acerca do código florestal ou mesmo de Belo Monte. Gostei muito de ver um maior envolvimento de vários colegas acadêmicos da área ambiental nesses debates, mas minha sensação é que esses são temas que nossas pós-graduações (PG), em geral, ainda não debatem. Eu acho que currículos precisam ser revisados (há com frequência grande redundância com conteúdos da graduação) e, em um sentido mais amplo, sou a favor de um desenho de pós-graduação que se volte pra tratar de grandes desafios brasileiros e do mundo. Temos pós-graduações em ecologia, mas não temos PG voltadas pra tratar da crise da biodiversidade.

Temos PG em Sociologia, ou Agronomia ou Nutrição, mas não temos PG pra tratar do problema da fome. O mestre e o doutor do futuro, para tratarem dos grandes desafios que já existem ou que estão por vir, vão precisar ser bem mais interdisciplinares do que nós hoje somos. O desenho de muitos dos nossos cursos ainda não favorece isso.

3. Felizola – Os atuais programas de pós-graduação estão preparados para esse desafio? Como fica, nesse contexto, a questão dos mestrados profissionais?

Fabio – Não estão. Precisam refletir, montar estratégia e mudar. Quando falo isso, sempre tem alguém que pergunta: “então quer dizer que agora vou ter que publicar na Nature e ainda por cima fazer educação ambiental?” A resposta é: o indivíduo, não necessariamente; mas um bom curso de PG, sim, precisa ter no seu quadro os dois perfis, e estes precisam interagir e trabalhar juntos. O mestrado profissional é um bom mecanismo nesse sentido, ao trazer a pessoa que já está no meio profissional para perto dos acadêmicos. Por outro lado, os cursos acadêmicos também precisam se abrir um pouco mais e ir lá fora ver o que está ocorrendo nos diferentes setores da sociedade em relação à temática ambiental.

4. Nilson – Especificamente em relação ao bioma Cerrado, como as nossas universidades, a exemplo da UFG, podem contribuir com a sua conservação e sustentabilidade?

Fabio – Muitas já dão essa contribuição, gerando dados e informação, formando gente, interagindo com órgãos tomadores de decisão e com outros setores da sociedade. Entretanto, na minha opinião, falta ainda uma ação mais orquestrada. Imagine que temos cerca de 100 programas de PG no país hoje voltados para áreas como Ecologia, Botânica, Zoologia e Oceanografia Biológica. Fico imaginando como seria se elas atuassem em rede, seja por bioma, seja nacionalmente: bases de dados compartilhadas e de acesso livre, ferramentas de interpretação e análise divulgadas, divisão de tarefas por vocação geográfica ou técnica, etc. Assim, poderíamos potencializar muito o conhecimento gerado e atuar como plataforma para a solução de problemas.

5. Felizola – Ainda no contexto acima, de formação de recursos humanos e integração ciência-sociedade, será que as ONGs podem mediar a solução? Qual a sua posição como diretor científico no Brasil de uma das mais prestigiadas ONGs do mundo na área ambiental, uma das poucas, inclusive, que possui atuação científica mais clara?

Fabio – A resposta é sim, sem dúvida! Eu acho que esse é um dos importantes papéis que a nossa organização pode desempenhar e até certo ponto já o faz, ainda que haja muito espaço pra crescermos nisso. A Conservação Internacional (CI), por ter uma forte tradição científica construída com nossas parcerias com a academia e por ter atuação na ponta nos problemas práticos e políticos referentes à conservação, é uma mediadora ideal para que possamos superar alguns dos problemas clássicos de comunicação entre academia-governo; academia-setor privado; academia-sociedade organizada.

6. Nilson – Aliás, nos últimos anos, foram realizadas várias parcerias e/ ou convênios entre as Universidades do Cerrado e as ONG’s ambientalistas... Em que pé andam estas parcerias? Há entraves? Como superá-los?

Fabio – Eu posso responder melhor quanto ao caso específico da CI. Eu acho que nossas parcerias acadêmicas no Cerrado ainda são tímidas diante do enorme potencial instalado no bioma. Estamos trabalhando para melhorar isso.

7. Nilson – Não há dúvidas de que a produção científica das nossas universidades tem aumentado de forma significativa. Como o resultado da pesquisa realizada tem sido utilizado pelas ONGs para a conservação do bioma Cerrado?

Fabio – Eu acho importante, primeiro, destacar que o principal ator na criação de ações e políticas de conservação para o Cerrado ou qualquer outro bioma brasileiro deve sempre ser o Estado. Como já disse antes, é imprescindível que os governos possam se instruir na base de geração de conhecimento da academia. Algumas ONGs, como a CI, cumprem papel-chave no sentido de facilitar essa comunicação entre governo e academia. Dois exemplos amplos que ilustram bem essa interface são as iniciativas de mapeamento de áreas prioritárias para conservação e de levantamento da listagem de espécies ameaçadas. São justamente as ONGs que historicamente coordenam o processo de agregação de dados de acadêmicos para em seguida estabelecer a ponte com o governo.

8. Laerte – Em um artigo recente, publicado no International Journal of Climatology I, pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa mostram que a conservação do Cerrado é essencial para a proteção da Amazônia. Afinal, o Cerrado já foi efetivamente incorporado à agenda ambiental do país, já se percebendo a sua função estratégica?

Fabio – O Cerrado ainda não foi totalmente incorporado à agenda ambiental do país. Basta ver que esse bioma ainda não possui nem 10% da sua extensão territorial protegido por unidades de conservação ou terras indígenas, ao contrário, por exemplo, da Amazônia que caminha em passos largos para alcançar 50% de proteção do bioma. O fato do Cerrado, hoje, contar com monitoramento de desmatamento já representa um significativo avanço. O principal passo para viabilizar essa incorporação à agenda ambiental seria emergir a consciência de que a conservação do bioma não se dará em detrimento do agronegócio, especialmente porque esse último pode se expandir sobre áreas hoje pouco produtivas ou áreas degradadas e, ainda assim, fazer do Brasil o maior produtor de grãos do planeta, sem desmatar um hectare a mais de Cerrado. A ciência já indica isso, falta agora incorporar as políticas públicas.

9. Manuel Eduardo – A propósito, você acha que o Brasil já conta com políticas públicas capazes de, se não interromper, ao menos orientar a expansão das áreas agrícolas no bioma Cerrado? As atuais políticas ambientais conduzirão o país para as baixas metas de desmatamentos almejadas para a próxima década?

Fabio – Não, o Brasil ainda não conta com as políticas necessárias, embora já conte com parte da legislação necessária e, certamente, já conte com ciência de qualidade o bastante para dar essa orientação.

10. Manuel Eduardo – Em relação à geração de energia, a região do Cerrado é tida como de grande potencial para a expansão de usinas hidroelétricas e produção de biocombustíveis. Neste caso, e pensando numa diversificação das matrizes energéticas no país (eólica, atômica, etc.), seria uma boa alternativa (em termos ecológicos) destinar parte das áreas já convertidas (por exemplo, pastagens) para suprir tal crescente demanda energética?

Fabio – Sim, não tenho dúvidas quanto a isso. Tanto geração de energia como expansão agrícola poderiam se dar sobre áreas degradadas ou improdutivas e o que resta do bioma poderia ser preservado.

11. Francis Lee – A biodiversidade tem valor econômico? Que papel exercem, para a conservação, esses valores?

Fabio – O relatório TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), com versões disponíveis em português na internet, indica que trilhões de dólares por ano têm sido perdidos no planeta com a supressão da biodiversidade. Esse relatório dá bem a dimensão desse valor econômico. Constatar a existência desse valor favorece a conservação. Vou dar dois exemplos: 1) fizemos recentemente um cálculo que constatava que, somando os usuários beneficiados pela água protegida por Unidades de Conservação (UCs) onde a CI atua ou já atuou historicamente (e que representa só uma pequena fração das UCs brasileiras), chegamos a 20% da população brasileira. Todos pagam conta d'água, mas quanto desse montante se volta para as próprias UCs?; 2) veja o caso do pau-brasil, espécie em extinção que empresta seu nome ao nosso país. Sua madeira é utilizada para produzir arcos de instrumentos de cordas. Não há um músico nas grandes orquestras que abra mão de usar arcos de pau-brasil por arcos sintéticos ou feitos a partir de qualquer outra madeira. A qualidade da música simplesmente não é a mesma. Ora, se o pau-brasil se extingue, a indústria fonográfica seria afetada, a indústria de shows e concertos também. Isso sem falar em todo um modo de vida tradicional de comunidades de archetários no Espírito Santo que há mais de um século produzem alguns dos melhores arcos do mundo,

ou mesmo de pessoas no Nordeste que plantam pau-brasil para vender a madeira com esse fim. Em suma, a extinção de uma espécie pode gerar efeitos econômicos em cadeia de difícil previsão e que podem ser nefastos.

12. Manuel Eduardo – Pegando o gancho da Francis... Hoje se fala muito em instrumentos econômicos voltados para a redução dos desmatamentos, queimadas e, conseqüentemente, emissão de gases de efeito estufa. Por que a implantação de tais instrumentos se dá de forma tão lenta no país, em especial nos estados compreendidos pelo bioma Cerrado? Você acredita que programas como o REDD (Redução das Emissões a partir dos Desmatamentos e da Degradação Florestal) poderiam ser aplicados com sucesso no Cerrado?

Fabio – A lentidão reside no fato desses instrumentos econômicos serem hoje, na maioria das vezes, voluntários e não institucionalizados ou legalizados. Assim sendo, não são obrigatórios, mas sim dependentes de iniciativas voluntárias de investimento. Esperamos que a próxima COP do Clima, em Cancun, possa reverter esse quadro e acelerar sua institucionalização. Quanto ao REDD, ele nasceu mirando em florestas, mas agora já se começa a enxergar sua aplicação em biomas não florestais. A CI já tem projeto de REDD no Cerrado.

13. Francis Lee – O Cerrado integra o elenco das mais importantes regiões biológicas do planeta, ao mesmo tempo em que tem grande importância econômica para o país, notadamente por sua produção agropecuária, à qual se associa, em grande medida, a degradação dos recursos naturais e dos serviços ambientais do bioma.





Considerando que a CI define suas ações em bases científicas e no princípio da precaução, pode-se afirmar que sua parceria com a Monsanto é um indicativo de credibilidade à tecnologia baseada em Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)? Os transgênicos constituem uma solução eficiente para o trade-off entre conservação e produção agrícola?

Fabio – Reconhecemos que a transgenia ainda é uma novidade científica (20 anos na ciência é muito pouco), mas não podemos ignorar o fato de que o plantio de transgênicos foi aprovado pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) e tudo indica que é uma tecnologia que veio para ficar. Sabemos que, consideradas as devidas salvaguardas ambientais e sociais, os OGMs têm um papel importante no cenário global da produtividade agrícola. Com base nisso, e após um ano de estudo de antecedentes, a CI e a Monsanto fecharam há dois anos um projeto de parceria, no qual cada organização entrou com 50% do capital. O projeto tem duração inicialmente prevista de cinco anos e se volta para apoiar agricultores no oeste da Bahia, em área de Cerrado, a cumprir o código florestal (em área de Mata Atlântica o mesmo está sendo feito nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte). Demarcação de áreas de APP e RL e apoio à recuperação de áreas de RL com reflorestamento vêm sendo feitos em várias propriedades na área. Quanto aos transgênicos, na CI nós acreditamos que para o caso da conciliação entre agronegócio e conservação no Brasil, a melhor solução não reside em uma alternativa única. Os transgênicos são vistos por nós como parte de um mosaico de ações no campo que podem contribuir para esse fim. O setor agrícola – abarcando aqui desde a produção orgânica até o agronegócio multinacional e as empresas de biotecnologia – tem que fazer parte da busca por soluções mais eficientes para conter a degradação dos recursos naturais e dos serviços ambientais.

No ano em que completa 50 anos, a UFG comemora avanços expressivos em diversas áreas do conhecimento. A ampliação de vagas e cursos, impulsionada pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como os importantes saltos em infraestrutura, são apenas alguns dos louros colhidos por essa instituição. Uma universidade que rompeu barreiras, mas que já enfrenta, com a mesma vitalidade do passado, os desafios que se apresentam para o futuro. Essa foi a tônica da entrevista concedida pelo reitor Edward Madureira Brasil, atual presidente da ANDIFES, à Revista UFG, numa bela e ensolarada manhã de sábado. Com simpatia e disposição, ele falou sobre sustentabilidade, falta de autonomia, medidas para elevar a qualidade do ensino e para tornar a instituição mais atraente aos estudantes brasileiros e estrangeiros, entre outras questões. Participaram do encontro o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Anselmo Pessoa Neto, o presidente da ADUFG, Prof. Fernando Pereira dos Santos, os professores Laerte Guimarães Ferreira (IESA), Wolney Unes (EMAC) e Lisandro Nogueira (FACOMB), e a jornalista Carol Magalhães. Também enviaram perguntas, via correio eletrônico, a Prof.^a Francis Lee Ribeiro (EA) e o Prof. Antón Corbacho Quintela (FL).

EDWARD MADUREIRA BRASIL, REITOR DA UFG 50 anos da UFG – Rumo ao futuro, entre avanços e desafios

P. A UFG cresceu muito nesses 50 anos e deve avançar ainda mais nos próximos, tanto em termos de infraestrutura quanto no que concerne à comunidade acadêmica. Entretanto, isso também implica um aumento na produção de resíduos sólidos, bem como no consumo de água e energia. Que medidas a universidade tem adotado para crescer de forma sustentável?

R. Algumas iniciativas neste sentido já estão em curso. Temos um programa de coleta seletiva que funciona de modo regular. No entanto, há muito que avançar, especialmente no que se refere ao tratamento de resíduos tóxicos, mas implementamos, recentemente, a coleta dos resíduos dos laboratórios, que são encaminhados para uma empresa que faz a incineração. Possuímos, ainda, um projeto com o Instituto de Química que prevê a reciclagem de parte